

DIVERSIDADE CULTURAL E EDUCAÇÃO: CAMINHOS PARA UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA ANTIDISCRIMINATÓRIA

CULTURAL DIVERSITY AND EDUCATION: PATHWAYS TO AN ANTI-DISCRIMINATORY PEDAGOGICAL PRACTICE

Daiane Duprat Serrano

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Brasil

Francilino Paulo de Sousa

Ivy Enber Christian University, Estados Unidos

Jéssica Hiara Oczinski Zanatta

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Luciana Oczinski Vieira

Universidade Saint Alcuin of York Anglican College, Chile

Maria do Socorro da Cruz Brito

Universidad Internacional Tres Fronteras, Paraguai

DOI: <https://doi.org/10.46550/ilustracao.v7i1.510>

Publicado em: 03.02.2026

Resumo: O presente artigo teve como objetivo analisar as relações entre currículo escolar, linguagem e formação docente, considerando suas implicações para a construção de práticas pedagógicas antidiscriminatórias na Educação Básica, à luz da diversidade cultural e das desigualdades historicamente constituídas no contexto educacional brasileiro. O tema abordado centrou-se na compreensão do currículo como espaço de disputas simbólicas, do preconceito linguístico como mecanismo de exclusão e da formação docente como mediação fundamental entre teoria e prática pedagógica. Metodologicamente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, baseada na seleção, leitura e análise crítica de produções acadêmicas recentes e relevantes, o que permitiu o diálogo teórico entre diferentes perspectivas e a articulação conceitual dos eixos investigados. Os resultados indicaram que práticas escolares orientadas por modelos homogêneos de ensino e por abordagens linguísticas normativas tendem a reforçar desigualdades, enquanto propostas pedagógicas intencionais, sustentadas por formação docente crítica, ampliam as possibilidades de pertencimento, participação e reconhecimento dos estudantes. Concluiu-se que o enfrentamento das discriminações no espaço escolar depende da articulação entre escolhas curriculares, tratamento pedagógico da linguagem e processos formativos docentes comprometidos com a justiça social e com o reconhecimento das diferenças.

Palavras-chave: Currículo Escolar, Preconceito Linguístico, Formação Docente, Exclusão Simbólica, Educação Básica.



A Ilustração (ISSN 2675-908X) está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Abstract: The present article aimed to analyze the relationships between school curriculum, language, and teacher education, considering their implications for the construction of anti-discriminatory pedagogical practices in Basic Education, in light of cultural diversity and historically constituted inequalities in the Brazilian educational context. The theme addressed focused on understanding the curriculum as a space of symbolic disputes, linguistic prejudice as a mechanism of exclusion, and teacher education as a fundamental mediation between theory and pedagogical practice. Methodologically, a bibliographic research was carried out, based on the selection, reading, and critical analysis of recent and relevant academic productions, which enabled theoretical dialogue among different perspectives and the conceptual articulation of the investigated axes. The results indicated that school practices guided by homogeneous teaching models and normative linguistic approaches tended to reinforce inequalities, whereas intentional pedagogical proposals, supported by critical teacher education, expanded possibilities for students' belonging, participation, and recognition. It was concluded that confronting discrimination in the school environment depended on the articulation among curricular choices, the pedagogical treatment of language, and teacher education processes committed to social justice and the recognition of differences.

Keywords: School Curriculum, Linguistic Prejudice, Teacher Training, Symbolic Exclusion, Basic Education.

Introdução

Nas últimas décadas, o campo educacional brasileiro foi marcado por intensos debates acerca da diversidade cultural, das desigualdades sociais e das múltiplas formas de discriminação presentes no cotidiano escolar. Nesse contexto, a escola passou a ser compreendida não apenas como espaço de transmissão de conteúdos, mas como instância social responsável pela legitimação de saberes, valores e identidades. Assim, o currículo escolar, as práticas pedagógicas e a formação docente assumiram papel central na produção ou no enfrentamento de processos excluyentes que afetaram estudantes de diferentes origens sociais, culturais e linguísticas. A temática da diversidade cultural, associada ao preconceito linguístico e às práticas pedagógicas antidiscriminatórias, inseriu-se, portanto, em um cenário educacional atravessado por tensões históricas e desafios contemporâneos.

A escolha desse tema justificou-se pela constatação de que, apesar dos avanços normativos e discursivos em favor de uma educação plural, persistiram práticas escolares que desconsideraram a pluralidade cultural e linguística dos estudantes. Observou-se que o currículo, ao privilegiar determinados saberes e formas de expressão, frequentemente reforçou desigualdades simbólicas e sociais. Do mesmo modo, a valorização exclusiva da norma-padrão da língua portuguesa contribuiu para a marginalização de grupos historicamente vulnerabilizados, impactando a identidade e o percurso escolar dos discentes. Diante desse quadro, tornou-se pertinente investigar como currículo, linguagem e formação docente se articularam na Educação Básica,

bem como de que maneira essas dimensões influenciaram a promoção ou a negação de práticas pedagógicas comprometidas com o respeito às diferenças.

A partir dessas inquietações, o estudo foi orientado pela seguinte questão norteadora: ‘De que forma o currículo escolar, o preconceito linguístico e a formação docente se relacionaram com a promoção ou o enfrentamento das discriminações no contexto da Educação Básica?’. Essa pergunta buscou direcionar a análise para as dinâmicas internas da escola, considerando o papel das práticas pedagógicas e das concepções docentes na construção de ambientes educativos mais justos ou, inversamente, na reprodução de desigualdades historicamente construídas.

Com base nessa problemática, o objetivo geral do artigo consistiu em analisar as relações entre currículo escolar, diversidade cultural, preconceito linguístico e formação docente, considerando suas implicações para a construção de práticas pedagógicas antidiscriminatórias na Educação Básica. Como objetivos específicos, buscou-se: a) examinar o currículo escolar como espaço de disputas culturais e de legitimação de saberes; b) discutir o preconceito linguístico enquanto mecanismo de exclusão simbólica e de impacto na identidade dos estudantes; e c) analisar o papel da formação docente na mediação entre diversidade cultural, linguagem e práticas pedagógicas voltadas ao enfrentamento das discriminações.

Para alcançar tais objetivos, adotou-se uma metodologia de natureza bibliográfica, baseada na análise crítica de produções acadêmicas relevantes no campo da educação. A pesquisa concentrou-se na leitura, seleção e interpretação de artigos científicos que abordaram currículo, diversidade cultural, linguagem e formação docente no contexto educacional brasileiro. Esse percurso metodológico permitiu estabelecer diálogos teóricos entre diferentes autores, bem como identificar convergências e tensões em suas abordagens, contribuindo para a construção de uma análise articulada e fundamentada.

Os principais referenciais teóricos utilizados ao longo do estudo incluíram autores que discutiram o currículo como espaço político e cultural, as implicações do preconceito linguístico nas práticas escolares e os desafios da formação docente diante da diversidade. Destacaram-se, nesse sentido, as contribuições de Fonseca *et al.* (2025), que analisaram o currículo escolar como instância de legitimação cultural; Honorato (2025), que problematizou o preconceito linguístico como mecanismo de exclusão simbólica no ambiente educacional; e Bonfim (2025), que discutiu a diversidade cultural e os desafios das práticas pedagógicas na Educação Básica. Esses autores ofereceram subsídios teóricos para compreender as múltiplas dimensões envolvidas na temática investigada.

O artigo foi estruturado em três capítulos centrais, além desta introdução, da metodologia, dos resultados e discussões e das considerações finais. O primeiro capítulo, intitulado ‘Currículo escolar, diversidade cultural e enfrentamento das discriminações no contexto educacional brasileiro’, abordou o currículo como instância normativa e política, destacando seu papel na legitimação de saberes e identidades, conforme discutido por Fonseca *et al.* (2025). O segundo capítulo, denominado ‘Preconceito linguístico, identidade e exclusão simbólica: implicações

para a prática pedagógica', discutiu a linguagem como elemento constitutivo da identidade social e analisou como práticas linguísticas normativas contribuíram para processos de exclusão no ambiente escolar, a partir das reflexões de Honorato (2025). O terceiro capítulo, 'Formação docente e práticas pedagógicas antidiscriminatórias na Educação Básica', concentrou-se na análise da formação de professores e de sua atuação na mediação entre diversidade cultural, currículo e linguagem, enfatizando os desafios e as possibilidades de práticas pedagógicas comprometidas com a redução das desigualdades, conforme problematizado por Bonfim (2025).

Metodologia

A metodologia adotada neste estudo fundamentou-se em uma pesquisa bibliográfica, escolhida por sua pertinência para o exame crítico de produções acadêmicas que tratam da diversidade cultural, do preconceito linguístico e das práticas pedagógicas antidiscriminatórias na Educação Básica. Essa opção metodológica mostrou-se adequada aos objetivos propostos, uma vez que permitiu mapear, analisar e articular diferentes perspectivas teóricas, possibilitando a construção de um quadro interpretativo consistente sobre o tema investigado. Conforme explicitado pelos referenciais metodológicos utilizados,

[...] a metodologia adotada neste estudo baseou-se em uma pesquisa bibliográfica, considerada adequada para o propósito de analisar e criticar as contribuições de autores consagrados no campo das metodologias científicas aplicadas à educação (Narciso; Santana, 2025, p. 19461).

O desenvolvimento da pesquisa seguiu etapas sistematizadas, iniciando-se pela definição do problema e dos objetivos do estudo, seguida da identificação dos principais eixos temáticos relacionados ao currículo escolar, à linguagem e à formação docente. Posteriormente, realizou-se o levantamento das produções acadêmicas relevantes, a leitura exploratória dos materiais selecionados e, em seguida, a leitura analítica, com foco na identificação de conceitos, argumentos centrais e contribuições teóricas. Esse percurso possibilitou o diálogo entre os autores ao longo da escrita do artigo, favorecendo a articulação entre diferentes abordagens e a interpretação crítica dos dados teóricos levantados. Nesse sentido, "esse tipo de pesquisa caracteriza-se pela análise de fontes teóricas já consolidadas, possibilitando uma reflexão sobre o tema" (Narciso; Santana, 2025, p. 19461).

A aplicação da pesquisa bibliográfica ocorreu de forma integrada à construção do texto, uma vez que os conceitos e argumentos extraídos das obras analisadas orientaram tanto a delimitação dos capítulos quanto a discussão dos resultados. As metodologias mencionadas pelos autores de referência foram incorporadas de maneira natural durante a formação do artigo, servindo como base para a organização dos capítulos, para a seleção criteriosa das citações e para a elaboração das análises em forma de paráfrase. Assim, a pesquisa não se limitou à descrição de conteúdos, mas priorizou a interpretação crítica e o diálogo teórico entre os estudos selecionados.

Para o levantamento dos materiais, utilizaram-se palavras-chave definidas de acordo com os objetivos do estudo, tais como ‘diversidade cultural’, ‘preconceito linguístico’, ‘formação docente’, ‘práticas pedagógicas’ e ‘Educação Básica’. Essas expressões foram combinadas de forma simples, evitando termos excessivamente amplos ou restritivos, de modo a garantir resultados pertinentes e alinhados à temática da pesquisa. As buscas foram realizadas considerando a recorrência e a relevância dos termos nos títulos, resumos e palavras-chave dos artigos encontrados.

Como base de dados principal, foi utilizado o *Google Acadêmico*, ferramenta de busca especializada que reúne produções científicas de diferentes áreas do conhecimento, como artigos, livros, teses e dissertações. Essa base foi escolhida por sua abrangência e facilidade de acesso, permitindo localizar publicações recentes e relevantes, bem como acompanhar a circulação e o impacto acadêmico dos estudos selecionados. O uso dessa plataforma contribuiu para ampliar o alcance do levantamento bibliográfico e assegurar diversidade de fontes.

Os critérios de inclusão dos materiais contemplaram publicações recentes, com recorte temporal priorizando estudos dos últimos anos, além da relevância temática e da aderência aos objetivos da pesquisa. Foram selecionados artigos que abordassem diretamente currículo, diversidade cultural, linguagem e formação docente no contexto educacional brasileiro. Como critérios de exclusão, descartaram-se textos que não dialogavam com a Educação Básica, estudos de caráter meramente opinativo ou produções que apresentavam baixa pertinência teórica em relação ao problema investigado. Dessa forma, o conjunto de materiais analisados possibilitou sustentar as discussões desenvolvidas no artigo e atender, de maneira coerente, aos objetivos propostos pela pesquisa.

Currículo escolar, diversidade cultural e enfrentamento das discriminações no contexto educacional brasileiro

O debate sobre currículo escolar, diversidade cultural e enfrentamento das discriminações no contexto educacional brasileiro exige, inicialmente, a compreensão do currículo como instância que ultrapassa a simples organização de conteúdos. Trata-se de um campo atravessado por valores, visões de mundo e disputas simbólicas que influenciam diretamente as relações sociais construídas no espaço escolar. Nessa perspectiva, o currículo assume função social e política, pois orienta práticas pedagógicas que podem tanto reforçar desigualdades históricas quanto favorecer leituras mais críticas da realidade, especialmente em uma sociedade marcada por profundas assimetrias culturais, sociais e educacionais.

Nesse sentido, Fonseca *et al.* (2025) destacam que o currículo não se configura como elemento neutro, mas como espaço no qual se expressam relações de poder e processos de seleção cultural. Ao privilegiar determinados saberes em detrimento de outros, o currículo pode contribuir para a marginalização de grupos historicamente excluídos, especialmente quando mantém uma orientação eurocêntrica que limita o reconhecimento da pluralidade cultural brasileira. Assim,

discutir diversidade cultural no currículo implica questionar quais vozes são legitimadas e quais permanecem silenciadas no cotidiano escolar.

O currículo escolar exerce papel determinante na formação das identidades individuais e coletivas, refletindo e influenciando as relações sociais e culturais. O currículo vai além da organização de conteúdos formais, ao incorporar valores, representações simbólicas e relações de poder que moldam práticas educativas e impactam diretamente a maneira como os estudantes compreendem a si mesmos e ao outro (Fonseca *et al.*, 2025, p. 453)

A partir dessa compreensão, torna-se evidente que a incorporação da diversidade cultural ao currículo não pode ocorrer de forma pontual ou superficial. Conforme argumentam Fonseca *et al.* (2025), é necessário revisar criticamente práticas pedagógicas, materiais didáticos e concepções docentes, de modo a evitar que a diversidade seja tratada apenas como tema ocasional. Essa abordagem dialoga com Bonfim (2025), ao enfatizar que a valorização das múltiplas identidades culturais presentes na escola favorece o reconhecimento da diversidade como princípio fundamental da função social da educação básica.

Além disso, Bonfim (2025) ressalta que a escola ocupa papel estratégico diante das transformações sociais, exigindo abertura ao diálogo, revisão de crenças e respeito às diferenças. Contudo, a autora também evidencia que persistem resistências institucionais e formativas que dificultam a efetivação de práticas pedagógicas comprometidas com a diversidade cultural. Nesse ponto, estabelece-se um contraponto importante: embora existam avanços normativos e discursivos, a prática escolar ainda revela limites estruturais que comprometem a superação de desigualdades no currículo.

Por outro lado, Honorato (2025) amplia essa discussão ao evidenciar que a linguagem constitui elemento central nas dinâmicas curriculares e pode atuar como mecanismo de exclusão simbólica quando tratada de forma descontextualizada. Ainda que o foco do autor seja o preconceito linguístico, suas reflexões contribuem para compreender como determinadas escolhas curriculares reforçam hierarquias sociais, especialmente quando a norma-padrão é apresentada como único modelo legítimo de expressão. Assim, o currículo passa a funcionar como instrumento que naturaliza desigualdades sob a aparência de neutralidade pedagógica.

Nesse encadeamento, observa-se que o enfrentamento das discriminações no currículo demanda a articulação entre diversidade cultural e justiça social. Fonseca *et al.* (2025) defendem que reconhecer e integrar as múltiplas culturas presentes na sociedade brasileira constitui caminho necessário para questionar exclusões históricas e ampliar o sentido democrático da educação. De modo convergente, Bonfim (2025) argumenta que a superação da monoculturalidade exige práticas pedagógicas intencionais, capazes de romper com modelos homogeneizadores e de valorizar saberes oriundos de diferentes grupos sociais.

Por fim, o diálogo entre os autores permite compreender que o currículo escolar, ao mesmo tempo em que reflete as contradições da sociedade brasileira, pode assumir papel estratégico na promoção da diversidade cultural e no enfrentamento das discriminações. Para tanto, torna-

se indispensável que as escolhas curriculares estejam alinhadas a práticas pedagógicas críticas, sensíveis às múltiplas identidades e comprometidas com a redução das desigualdades educacionais. Dessa forma, o currículo deixa de ser apenas um instrumento técnico e passa a constituir espaço de formação cidadã e de afirmação da pluralidade cultural no contexto educacional brasileiro.

Preconceito linguístico, identidade e exclusão simbólica: implicações para a prática pedagógica

O preconceito linguístico constitui um dos mecanismos mais persistentes de reprodução das desigualdades sociais no contexto educacional brasileiro, atuando de forma silenciosa e frequentemente naturalizada nas práticas escolares. Ao incidir sobre as formas de falar dos estudantes, esse tipo de discriminação ultrapassa a dimensão linguística e alcança a construção identitária, afetando o reconhecimento social e o pertencimento dos sujeitos no espaço escolar. Assim, a linguagem passa a operar como marcador simbólico de distinção, contribuindo para a hierarquização de grupos sociais e para a manutenção de estruturas exclucentes no interior da escola.

Nesse cenário, Honorato (2025) problematiza o preconceito linguístico como expressão de uma discriminação estrutural, articulada a processos históricos que associam determinadas variedades linguísticas a grupos socialmente desvalorizados. A escola, ao assumir determinadas normas como únicas e legítimas, acaba por reforçar desigualdades já presentes na sociedade, produzindo efeitos diretos sobre a autoestima e a trajetória escolar dos estudantes. Dessa forma, o ambiente educacional, que deveria promover equidade, torna-se espaço de reafirmação de estigmas linguísticos.

O preconceito linguístico revela-se como uma forma de discriminação estrutural que marginaliza variedades linguísticas associadas a grupos periféricos, especialmente aqueles oriundos de classes populares, comunidades indígenas, afrodescendentes e regiões historicamente estigmatizadas, comprometendo a construção identitária desses sujeitos. (Honorato, 2025, p. 3)

A partir dessa compreensão, torna-se evidente que a valorização exclusiva da norma-padrão no ensino da língua portuguesa contribui para a exclusão simbólica de estudantes que não dominam essa variedade linguística. Honorato (2025) argumenta que, ao tratar as formas populares de expressão como inadequadas, a escola desqualifica saberes linguísticos legítimos e reforça a ideia de inferioridade cultural. Esse processo, embora frequentemente apresentado como técnica pedagógica neutra, carrega implicações sociais profundas, pois legitima desigualdades sob o discurso da correção linguística.

Além disso, a linguagem desempenha papel central na constituição da identidade social, funcionando como elemento de reconhecimento ou de desvalorização simbólica. Quando as formas de falar dos estudantes são rotuladas como erro, cria-se um ambiente pedagógico que compromete o engajamento escolar e o sentimento de pertencimento. Honorato (2025) destaca

que esse tipo de prática afeta não apenas o desempenho acadêmico, mas também a relação do estudante com o conhecimento e com a própria escola.

Por outro lado, o preconceito linguístico não pode ser compreendido de forma isolada, pois se articula a marcadores sociais como raça, classe e região. Honorato (2025) evidencia que a discriminação linguística integra um sistema mais amplo de opressão social, no qual a linguagem atua como instrumento de legitimação das desigualdades históricas. Assim, o tratamento dado à linguagem no contexto escolar reflete e reforça dinâmicas sociais exclucentes que ultrapassam os limites da sala de aula.

Diante desse quadro, a prática pedagógica assume papel estratégico no enfrentamento do preconceito linguístico. Para Honorato (2025), reconhecer a legitimidade das diferentes variedades linguísticas não implica negar o ensino da norma-padrão, mas situá-la como uma entre outras formas de expressão, com funções sociais específicas. Essa perspectiva rompe com a lógica hierarquizante que associa correção gramatical a valor moral ou intelectual, contribuindo para uma abordagem mais equitativa da linguagem na escola.

Por fim, compreender as implicações do preconceito linguístico para a identidade e a exclusão simbólica exige repensar o papel da escola como espaço de formação social. Conforme aponta Honorato (2025), práticas pedagógicas sensíveis à diversidade linguística podem favorecer relações educativas mais justas, ao reconhecer a linguagem como direito cultural e elemento constitutivo da identidade dos sujeitos. Dessa maneira, o enfrentamento do preconceito linguístico passa a integrar um projeto pedagógico comprometido com a redução das desigualdades e com a promoção de uma educação socialmente responsável.

Formação docente e práticas pedagógicas antidiscriminatórias na educação básica

A discussão sobre formação docente e práticas pedagógicas antidiscriminatórias na Educação Básica parte do reconhecimento de que o professor ocupa posição estratégica na mediação entre currículo, cultura e relações sociais. Nesse contexto, a formação inicial e continuada não pode restringir-se a aspectos técnicos do ensino, pois envolve escolhas éticas, políticas e pedagógicas que influenciam diretamente a forma como a diversidade é tratada no cotidiano escolar. Assim, compreender o papel do docente implica analisar como suas concepções, saberes e práticas podem contribuir para a redução de desigualdades ou, inversamente, para a sua reprodução.

Sob essa perspectiva, Fonseca *et al.* (2025) defendem que a atuação docente é determinante para a construção de práticas pedagógicas sensíveis às múltiplas identidades culturais presentes na escola. Os autores argumentam que a transformação do espaço educativo não depende apenas da alteração de conteúdos curriculares, mas da postura crítica e reflexiva do professor diante das dinâmicas sociais que atravessam a sala de aula. Dessa maneira, a formação docente

assume função central na promoção de uma educação comprometida com a diversidade e com o enfrentamento das discriminações.

A formação de professores deve ultrapassar abordagens meramente tecnicistas, incorporando debates políticos, sociais e históricos que permitam compreender a complexidade das relações étnico-raciais e sustentar práticas pedagógicas comprometidas com a equidade (Fonseca *et al.*, 2025, p. 457–458).

Entretanto, ao dialogar com esse entendimento, Honorato (2025) chama atenção para as fragilidades ainda presentes na formação de professores, sobretudo no que se refere à compreensão da diversidade linguística. O autor aponta que lacunas formativas favorecem a adoção de práticas normativas que deslegitimam formas de expressão dos estudantes, produzindo distanciamento entre professor e aluno. Nesse sentido, evidencia-se um ponto de tensão: embora se reconheça teoricamente a importância da diversidade, a prática pedagógica nem sempre reflete esse compromisso.

Além disso, Honorato (2025) destaca que determinadas intervenções docentes, como a correção descontextualizada da fala do aluno, podem reforçar modelos disciplinadores que afetam o engajamento escolar. Essa análise amplia o debate ao mostrar que práticas pedagógicas aparentemente neutras carregam implicações simbólicas profundas, capazes de impactar a autoestima e o pertencimento dos estudantes. Assim, a formação docente precisa contemplar não apenas conteúdos, mas também a reflexão crítica sobre as consequências sociais das ações pedagógicas.

Em consonância com essa argumentação, Bonfim (2025) enfatiza que, apesar dos avanços legais, persistem dificuldades estruturais e formativas que limitam a valorização efetiva da diversidade no cotidiano escolar. A autora sustenta que a prática pedagógica intencional constitui condição indispensável para integrar a diversidade cultural como princípio orientador da função social da escola. Desse modo, a formação de professores insuficiente, tanto inicial quanto continuada, configura-se como um dos principais entraves à efetivação de práticas antidiscriminatórias.

Por outro lado, Bonfim (2025) também aponta a necessidade de compreender o multiculturalismo como característica inerente à sociedade contemporânea, o que exige do educador uma postura mediadora, capaz de estimular o diálogo intercultural e o respeito às diferentes identidades. Essa concepção aproxima-se das reflexões de Fonseca *et al.* (2025), ao destacar que o trabalho docente deve articular conhecimento, cultura e compromisso social, superando visões homogêneas de ensino.

Nesse encadeamento, torna-se evidente que a formação docente voltada para práticas antidiscriminatórias demanda ações formativas contínuas e articuladas entre gestão escolar, professores e comunidade. Bonfim (2025) ressalta que o trabalho colaborativo favorece o sentimento de pertencimento e amplia as possibilidades de enfrentamento das desigualdades no ambiente educacional. Assim, a responsabilidade pela promoção da diversidade não recai exclusivamente sobre o professor individualmente, mas envolve um projeto coletivo de escola.

Por fim, o diálogo entre Fonseca *et al.* (2025), Honorato (2025) e Bonfim (2025) permite compreender que a formação docente constitui eixo fundamental para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a diversidade e com a justiça social. Ao articular reflexão crítica, intencionalidade pedagógica e reconhecimento das diferenças, a atuação do professor pode contribuir para a criação de espaços educativos mais equitativos, nos quais a diversidade seja reconhecida como valor formativo e princípio orientador da Educação Básica.

Resultados e discussões

Os resultados do estudo evidenciam que a diversidade cultural, o preconceito linguístico e as práticas pedagógicas antidiscriminatórias constituem dimensões articuladas no contexto da Educação Básica. A análise teórica indica que o currículo escolar, a formação docente e o tratamento pedagógico da linguagem atuam como fatores determinantes na reprodução ou no enfrentamento de desigualdades historicamente construídas. Fonseca *et al.* (2025) demonstram que o currículo assume papel estruturante na legitimação de saberes e identidades, enquanto Honorato (2025) evidencia que a linguagem, quando normatizada de forma excludente, intensifica processos de marginalização simbólica. Bonfim (2025), por sua vez, reforça que práticas pedagógicas sensíveis à diversidade ampliam as possibilidades de pertencimento e participação dos estudantes.

O significado dessas descobertas reside no reconhecimento de que a escola não se limita à transmissão de conteúdos, mas opera como instância social produtora de valores, discursos e relações de poder. Fonseca *et al.* (2025) assinalam que as escolhas curriculares refletem projetos educacionais que podem reforçar ou questionar desigualdades sociais. Em diálogo com essa perspectiva, Honorato (2025) sustenta que a linguagem constitui elemento central na construção da identidade discente, influenciando trajetórias escolares e formas de inserção social. Dessa forma, o estudo evidencia que decisões pedagógicas aparentemente neutras carregam implicações sociais relevantes.

Ao relacionar esses achados com a produção acadêmica analisada, observa-se convergência crítica em relação a modelos curriculares homogêneos e à valorização exclusiva da norma-padrão. Fonseca *et al.* (2025) argumentam que a diversidade cultural deve orientar a função social da escola de maneira transversal. Bonfim (2025) complementa essa análise ao afirmar que a escola precisa reconhecer a multiplicidade de identidades culturais como elemento constitutivo do processo educativo. Honorato (2025), por sua vez, aprofunda o debate ao demonstrar que práticas linguísticas normativas, quando naturalizadas, reforçam desigualdades associadas a marcadores sociais como classe, raça e região.

Entretanto, as limitações das descobertas precisam ser consideradas. Trata-se de um estudo de natureza teórica e bibliográfica, o que implica dependência de interpretações fundamentadas em produções acadêmicas específicas. Fonseca *et al.* (2025) reconhecem que a efetivação de práticas pedagógicas voltadas à diversidade enfrenta entraves institucionais e formativos. De

modo semelhante, Bonfim (2025) aponta que fragilidades na formação inicial e continuada de professores, aliadas a condições estruturais limitadas, dificultam a materialização de propostas antidiscriminatórias no cotidiano escolar.

No que se refere a resultados considerados inesperados ou inconclusivos, destaca-se a permanência de práticas excludentes mesmo diante de avanços normativos e discursivos em favor da diversidade. Bonfim (2025) observa que legislações e diretrizes, isoladamente, não garantem transformações efetivas na prática escolar. Essa constatação é explicada pela distância entre políticas educacionais e a realidade das salas de aula, aspecto também problematizado por Honorato (2025), ao indicar a insuficiência de processos formativos que promovam reflexão crítica sobre linguagem e desigualdade.

Além disso, Honorato (2025) evidencia que o preconceito linguístico permanece naturalizado em muitas práticas pedagógicas, mesmo entre docentes que reconhecem, em nível discursivo, a importância da diversidade. Tal contradição sugere que a internalização de concepções normativas sobre linguagem ocorre de forma profunda, exigindo intervenções formativas que ultrapassem abordagens superficiais. Fonseca *et al.* (2025) reforçam que a superação dessas tensões depende da articulação entre currículo, formação docente e projeto institucional da escola.

Diante desses achados, os resultados indicam a necessidade de ampliar investigações empíricas sobre a temática. Sugere-se o desenvolvimento de estudos de campo que analisem como professores e estudantes percebem e vivenciam o preconceito linguístico e a diversidade cultural no cotidiano escolar, conforme apontado por Honorato (2025). Bonfim (2025) também sinaliza a relevância de pesquisas que examinem práticas pedagógicas desenvolvidas em contextos específicos, considerando suas potencialidades e limitações.

Por fim, torna-se pertinente incentivar pesquisas comparativas entre diferentes regiões e níveis de ensino, com o objetivo de identificar estratégias pedagógicas que favoreçam ambientes escolares mais justos. Fonseca *et al.* (2025) destacam que estudos futuros podem contribuir para o aprimoramento das políticas de formação docente, articulando dimensões culturais, linguísticas e sociais. Assim, novas investigações podem fortalecer a compreensão dos desafios e das possibilidades relacionadas à promoção da diversidade e ao enfrentamento das desigualdades na Educação Básica.

Conclusão

As análises desenvolvidas ao longo deste artigo permitem afirmar que os objetivos propostos foram alcançados de forma coerente com a pergunta de pesquisa apresentada na introdução e com o percurso metodológico adotado. Ao examinar o currículo escolar, o preconceito linguístico e a formação docente sob a perspectiva da diversidade cultural e das práticas pedagógicas antidiscriminatórias, o estudo possibilitou compreender como esses elementos se articulam no

cotidiano da Educação Básica e influenciam a produção de desigualdades ou a promoção de relações educativas mais justas.

No que se refere ao primeiro objetivo, voltado à análise do currículo escolar como espaço de disputas culturais, os resultados evidenciaram que o currículo não atua apenas como instrumento organizador de conteúdos, mas como instância normativa que legitima saberes, identidades e formas de participação. Essa constatação permitiu responder à questão inicial sobre o papel do currículo no enfrentamento das discriminações, demonstrando que escolhas curriculares podem reforçar exclusões simbólicas quando desconsideram a pluralidade cultural presente nas escolas.

Quanto ao objetivo relacionado ao preconceito linguístico, o estudo mostrou que a linguagem ocupa posição central na construção da identidade discente e nas dinâmicas de exclusão simbólica. A análise evidenciou que práticas pedagógicas orientadas pela valorização exclusiva da norma-padrão tendem a deslegitimar formas de expressão associadas a determinados grupos sociais, impactando negativamente o pertencimento e o engajamento escolar. Dessa forma, foi possível responder à problemática que investigava as implicações do preconceito linguístico para a prática pedagógica, ao demonstrar que a linguagem opera como marcador social no interior da escola.

Em relação ao terceiro objetivo, que tratava da formação docente e das práticas pedagógicas antidiscriminatórias, os resultados indicaram que a atuação do professor constitui elemento central para a mediação entre currículo, diversidade cultural e linguagem. A análise teórica revelou que fragilidades na formação inicial e continuada dificultam a efetivação de práticas sensíveis às diferenças, enquanto propostas formativas orientadas por reflexão crítica ampliam as possibilidades de enfrentamento das desigualdades no contexto educacional. Assim, o estudo respondeu à questão sobre o papel da formação docente ao evidenciar sua relevância na construção de ambientes escolares mais equitativos.

De modo geral, o percurso investigativo permitiu compreender que a promoção da diversidade cultural e o enfrentamento das discriminações na Educação Básica dependem de ações articuladas entre currículo, linguagem e formação docente. Os resultados indicam que mudanças pontuais ou isoladas não são suficientes para alterar práticas historicamente naturalizadas, sendo necessário um olhar integrado sobre os processos educativos e institucionais que estruturam o cotidiano escolar.

No que diz respeito às limitações do estudo, reconhece-se que a natureza teórica e bibliográfica da pesquisa restringe a análise às interpretações dos referenciais selecionados, não contemplando a observação direta de práticas escolares. Essa característica aponta para a necessidade de investigações que aprofundem a compreensão empírica dos fenômenos discutidos, especialmente em contextos educacionais diversos.

Diante dessas lacunas, sugere-se que pesquisas futuras desenvolvam estudos de campo que investiguem como professores e estudantes percebem e vivenciam a diversidade cultural e

o preconceito linguístico no cotidiano escolar. Também se mostram pertinentes investigações comparativas entre diferentes regiões e etapas da Educação Básica, bem como estudos que analisem propostas formativas voltadas à preparação docente para práticas pedagógicas antidiscriminatórias. Tais pesquisas podem contribuir para ampliar o entendimento sobre os desafios e as possibilidades de construção de uma educação comprometida com a redução das desigualdades e com o reconhecimento da diversidade como princípio formativo.

Referências

- BONFIM, Z. G. do. Diversidade cultural e prática pedagógica: reflexões e desafios na educação básica. **RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber**, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2025.
- FONSECA, E. M. F. da *et al.* Currículo e diversidade cultural: caminhos para uma educação antirracista e plural. **Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem – REBENA**, v. 12, p. 452-460, 2025.
- HONORATO, R. C. D. Preconceito linguístico e educação crítica: caminhos para uma prática pedagógica antidiscriminatória no Brasil. **Revista FT**, v. 29, n. 153 2025.
- NARCISO, R.; SANTANA, A. C. de A. Metodologias científicas na educação: uma revisão crítica e proposta de novos caminhos. **ARACÊ**, v. 6, n. 4, p. 19459-19475, 2025.